



Demonstrações Contábeis

**Pan Administradora
de Consórcio Ltda**

Junho de 2020



Relatório da Administração

**Pan Administradora
de Consórcio Ltda.**

30 de junho de 2020



SENHORES COTISTAS,

A Administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio" ou "Administradora") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. é uma empresa de capital fechado, controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

RESULTADOS

Prestação de Serviços

No 1º semestre de 2020, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 9,1 milhões, frente aos R\$ 11,5 milhões no 2º semestre de 2019.

Custos e Despesas

No 1º semestre de 2020, as despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 6,1 milhões, frente aos R\$ 6,7 milhões no 2º semestre de 2019.

Resultado Líquido

No 1º semestre de 2020, o lucro líquido totalizou R\$ 13,9 milhões, frente ao lucro líquido de R\$ 2,4 milhões no 2º semestre de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Pan Consórcio totalizou R\$ 69,9 milhões em 30 de junho de 2020, frente aos R\$ 55,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do 1º semestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 30 de julho de 2020.



PAN

PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		18	25	Provisões	8	6.734	5.934
Intrumentos Financeiros		61.235	58.352	Obrigações fiscais	9	5.289	2.041
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	8.577	8.052	Correntes		5.289	2.041
Aplicação em operações compromissadas		8.577	8.052				
Títulos e valores mobiliários e derivativos	5	52.658	50.300	Outros passivos		10.479	9.846
Carteira própria		52.658	50.300	Sociais e estatutárias		298	356
Impostos	6	8.999	7.372	Obrigações com grupos de consórcio	10.a	9.217	8.762
A compensar/recuperar		6.568	2.973	Diversas	10.b	964	728
Créditos tributários		2.431	4.399				
Outros ativos		21.713	7.637	Patrimônio Líquido		69.854	55.923
Créditos específicos	7.a	849	893	Capital social:	11	42.388	42.388
Diversos	7.b	20.864	6.744	De domiciliados no País		42.388	42.388
Outros valores e bens		200	145	Reserva de lucros		13.535	13.535
Despesas antecipadas		200	145	Lucros acumulados		13.931	-
PERMANENTE		191	213				
Intangível	23.a	191	213				
Ativos intangíveis		901	901				
(-) Amortizações acumuladas		(710)	(688)				
TOTAL DO ATIVO		92.356	73.744	TOTAL DO PASSIVO		92.356	73.744

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.088	1.615
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.088	1.615
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.088	1.615
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.107	2.047
Receitas de prestação de serviços	12	9.100	11.453
Despesas de pessoal	13	(284)	(299)
Outras despesas administrativas	14	(5.830)	(6.379)
Despesas tributárias	15	(1.065)	(1.344)
Despesas de provisões	16	(986)	(1.150)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	172	(234)
RESULTADO OPERACIONAL		2.195	3.662
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18	18.912	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		21.107	3.662
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a	(7.176)	(1.246)
Provisão para imposto de renda		(3.826)	(521)
Provisão para contribuição social		(1.382)	(193)
Ativo fiscal diferido		(1.968)	(532)
LUCRO LÍQUIDO		13.931	2.416
LUCRO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$		0,29	0,05

(Representado por 48.168.122 cotas em 30/06/2020 e 31/12/2019)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2020	31/12/2019
Lucro líquido	13.931	2.416
Resultado abrangente do período	13.931	2.416
Atribuível a:		
Sócios controladores	13.931	2.416

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	42.388	630	6.934	3.853	53.805
Lucro líquido	-	-	-	2.416	2.416
Destinações:					
Reserva Legal	-	313	-	(313)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	5.658	(5.658)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(298)	(298)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	42.388	943	12.592	-	55.923
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	42.388	943	12.592	-	55.923
Lucro líquido	-	-	-	13.931	13.931
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	42.388	943	12.592	13.931	69.854

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO	13.931	2.416
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Cessão de direitos	(18.912)	-
Depreciações e amortizações	22	22
Constituição de provisão para contingências	986	1.150
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	48	46
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.968	532
Lucro ajustado	(1.957)	4.166
Variação de Ativos e Passivos:		
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(525)	1.299
Aumento em títulos e valores mobiliários	(2.358)	(1.894)
Aumento em impostos	(3.595)	(1.849)
Redução em outros ativos	8	986
Aumento em outros valores e bens	(55)	(102)
Redução em provisões	(234)	(547)
Aumento/(Redução) em obrigações fiscais	3.248	(653)
Aumento/(Redução) em outros passivos	633	(1.558)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.835)	(152)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Cessão de direitos	4.828	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.828	-
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7)	(152)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	25	177
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	18	25
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros recebidos	377	152

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019	PASSIVO	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		-	207.142	PASSIVO CIRCULANTE	-	207.142
Caixa e equivalentes de caixa		-	92	Obrigações com consorciados	-	34.768
Depósitos bancários		-	92	Valores a repassar	-	11.814
Aplicações financeiras	25		97.791	Obrigações por contemplações a entregar	-	75.004
Outros créditos		-	109.259	Recursos a devolver a consorciados	-	56.291
Bens retomados		-	260	Recursos dos grupos	-	29.265
Direitos junto a consorciados contemplados		-	108.999			
Normais		-	105.557			
Em atraso		-	2.378			
Em cobrança judicial		-	1.064			
COMPENSAÇÃO		-	583.262	COMPENSAÇÃO	-	583.262
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		-	3.309	Recursos mensais a receber de consorciados	-	3.309
Contribuições devidas ao grupo		-	331.337	Obrigações do grupo por contribuições	-	331.337
Valor dos bens a contemplar		-	248.616	Bens a contemplar	-	248.616
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO		-	790.404	TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	-	790.404

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2020	31/12/2019
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	97.883	95.022
Caixa e equivalentes de caixa	92	52
Aplicações financeiras	22.871	19.484
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	74.920	75.486
(+) RECURSOS COLETADOS	33.853	37.851
Contribuições para aquisição de bens	23.356	24.445
Taxa de administração	7.687	9.227
Contribuições ao fundo de reserva	867	899
Rendimento de aplicações financeiras	1.413	2.299
Multas e juros moratórios	78	182
Prêmios de seguro	445	561
Reembolso despesa registro de contrato	7	21
Outros	-	217
(-) RECURSOS UTILIZADOS	131.736	34.990
Aquisição de bens	26.832	23.305
Taxa de administração	7.160	9.358
Multas e juros moratórios	37	91
Prêmios de seguro	578	471
Devolução a consorciados desligados	1.623	1.014
Despesas de registro de contrato	7	21
Outros	95.499	730
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	-	97.883
Caixa e equivalentes de caixa	-	92
Aplicações financeiras	-	22.871
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	-	74.920

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (Administradora) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), quando aplicável.

As demonstrações contábeis, referentes ao período findo em 30/06/2020, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 30/07/2020.

Reclassificação dos itens das demonstrações contábeis:

A Administradora, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Circular nº 3.959 de 04/09/2019, está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Abaixo, apresentamos as reclassificações patrimoniais e de resultado para a data base de 31/12/2019.

- Demonstração do Resultado**

PUBLICADO	ATUAL		
	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
Despesas de provisões	-	(1.150)	(1.150)
Outras despesas operacionais	(1.150)	1.150	-

- Balanço Patrimonial – Ativo**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Disponibilidades	25	25	Caixa e equivalentes de caixa
Diversos	7.372	7.372	Impostos

- Balanço Patrimonial - Passivo**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Diversas	5.934	5.934	Provisões
Fiscais e previdenciárias	2.041	2.041	Obrigações fiscais

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Administradora.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.817/16.

f) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.818/16.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio" (nota 10.a).

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações contábeis.

l) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante		
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	8.577	8.577	8.052
Total em 30/06/2020	-	8.577	8.577	-
Total em 31/12/2019	377	7.675	-	8.052

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS

	30/06/2020		31/12/2019
	Não Circulante		
	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor contábil
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	52.658	52.658	50.300
Total em 30/06/2020	52.658	52.658	-
Total em 31/12/2019	52.658	-	50.300

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI.



6) IMPOSTOS

	30/06/2020	31/12/2019
Créditos tributários (Nota 19.b)	2.431	4.399
Impostos a compensar/recuperar	6.568	2.973
Total	8.999	7.372
Circulante	6.079	1.780
Não circulante	2.920	5.592

7) OUTROS ATIVOS

a) Créditos específicos:

	30/06/2020	31/12/2019
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	805	849
Bens retomados após encerramento	44	44
Total (Nota 10.a)	849	893
Não circulante	849	893

b) Diversos:

	30/06/2020	31/12/2019
Cessão e transferência de grupos de consórcio (a)	14.084	-
Depósitos e bloqueios judiciais	5.992	5.868
Cotas de grupos de consórcio (b)	400	400
Empréstimos a grupos de consórcio	188	245
Outros créditos	138	137
Outros valores a receber	62	62
Rendas a receber	-	32
Total	20.864	6.744
Circulante	10.730	876
Não circulante	10.134	5.868

(a) No segundo trimestre de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de grupos ativos de consórcio.

(b) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

8) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. Para os casos em fase de conhecimento, a provisão é constituída com base em índice histórico de perda dos processos pagos nos últimos 24 meses. Os processos com decisão judicial desfavorável são liquidados e provisionados de acordo com a respectiva fase processual.



c) Processos cíveis:

São processos que têm por objeto uma obrigação de fazer ou uma obrigação de não fazer e/ou obrigação de dar em face de uma ou mais empresas do Grupo, ações essas classificadas como ações revisionais ou indenizatórias.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2020	31/12/2019
Processos cíveis	4.334	3.978
Processos trabalhistas	2.400	1.956
Total	6.734	5.934

II - Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	3.978	1.956	5.934
Baixas	(234)	-	(234)
Atualização monetária	48	-	48
Constituições líquidas de reversões	542	444	986
Saldo em 30/06/2020	4.334	2.400	6.734

9) OBRIGAÇÕES FISCAIS

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.209	1.822
COFINS a recolher	46	134
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	11	33
PIS a recolher	10	29
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7	10
Impostos contribuições sobre salários	6	13
Total	5.289	2.041
Circulante	5.289	2.041

10) OUTROS PASSIVOS

a) Obrigações com grupos de consórcio:

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos não procurados – grupos (Nota 3.h)	8.368	7.869
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 7.a)	849	893
Total	9.217	8.762
Circulante	8.368	7.869
Não circulante	849	893

**b) Diversas:**

	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais a processar	456	648
Provisão para pagamentos a efetuar	42	44
Valores a pagar a sociedades ligadas	2	3
Outros	464	33
Total	964	728
Circulante	964	728

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 30/06/2020 e 31/12/2019, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2020	31/12/2019
Taxa de administração	7.509	9.519
Taxa de permanência	1.475	1.749
Taxas de serviços	116	185
Total	9.100	11.453

13) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2020	31/12/2019
Proventos	164	201
Encargos sociais	71	49
Benefícios (Nota 22)	49	49
Total	284	299

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2020	31/12/2019
Comissões sobre venda de consórcio	2.410	2.492
Serviço de cobrança	2.060	3.051
Serviços técnicos especializados	728	242
Aluguéis	194	180
Call Center	180	224
Comunicações	45	47
Processamento de dados	-	10
Outras	213	133
Total	5.830	6.379

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2020	31/12/2019
Contribuição à COFINS	728	919
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	182	229
Contribuição ao PIS	155	196
Total	1.065	1.344

16) DESPESAS DE PROVISÕES

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão de processos cíveis	542	874
Provisão de processos trabalhistas	444	276
Total	986	1.150

17) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	30/06/2020	31/12/2019
Recuperação de despesas	323	-
Variação monetária ativa	96	69
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	(229)	(301)
Outras	(18)	(2)
Total	172	(234)

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

No segundo trimestre de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de grupos ativos de consórcio, sendo que este evento gerou um efeito positivo no montante de R\$ 18.912 antes dos tributos.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	30/06/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.107	3.662
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(7.177)	(1.245)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	1	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social do período	(7.176)	(1.246)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Provisão para contingências cíveis	1.353	172	(52)	1.473
Provisão para contingências trabalhistas	665	151	-	816
Outros créditos tributários	1	209	(210)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.019	532	(262)	2.289
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.380	32	(2.270)	142
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	4.399	564	(2.532)	2.431

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Em 2020	650	545	-	-	650	545
Em 2021	326	348	20	120	346	468
Em 2022	409	472	109	136	518	608
Em 2023	157	129	13	190	170	319
Em 2024	112	-	-	283	112	283
De 2025 a 2026	635	525	-	680	635	1.205
De 2027 a 2029	-	-	-	971	-	971
Total	2.289	2.019	142	2.380	2.431	4.399

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 2.082 (R\$ 2.789 em 31/12/2019).

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	18	16	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez					
Banco PAN S.A.	01/03/2023	8.577	8.052	125	231
Títulos e Valores Mobiliários					
Banco PAN S.A.	12/06/2023	52.658	50.300	963	1.384
Dividendos a pagar					
Banco PAN S.A.	31/12/2020	(298)	(298)	-	-
Outras Obrigações					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(2)	(3)	-	-
Outras Despesas Administrativas					
Banco PAN S.A.	Sem prazo	-	-	-	(14)

21) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o BACEN divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.



O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

A Pan Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2019 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 15,88%.

22) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no período findo em 30/06/2020 R\$ 49 (R\$ 49 em 31/12/2019).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 30/06/2020 de R\$ 191 e R\$ 213 em 31/12/2019.
- b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), vem adotando medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

24) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras eram recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros eram apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representavam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representavam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referiam-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referiam-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber de consorciados" representava o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representava a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representava o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representavam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração era calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 18,7% (19,8% em 2019).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representavam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

No segundo trimestre de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de todos grupos ativos de consórcio.

	Quantidade	
	30/06/2020	31/12/2019
Grupos administrados	-	19
Consortiados ativos	-	4.132
Grupos encerrados no semestre	-	1
Consortiados contemplados	-	3.357
Consortiados desistentes e excluídos – total	-	31.832
Consortiados desistentes e excluídos no semestre	-	817
Consortiados inadimplentes	-	498
Bens entregues no semestre	-	215
Bens pendentes de entrega – total	-	858
Bens pendentes de entrega no semestre	-	102
Taxa média de inadimplência dos consortiados (a)	-	12,1%

(a) Quantidade de consortiados inadimplentes/consortiados ativos.

**25) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO**

	30/06/2020	31/12/2019
	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	97.791
Total	-	97.791



São Paulo, 30 de julho de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

***Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2020 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios consolidados do semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2020 e das variações nas disponibilidades de grupos do semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6